



• U • C •

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Leandro Capelo Gonçalves

Projetos de Investimento e Sistemas de Incentivo

Relatório de Estágio de Mestrado em Economia, na especialidade de Economia Industrial, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Entidade de Acolhimento: CEC – Conselho Empresarial do Centro / CCIC –
Câmara do Comércio e Indústria do Centro

Supervisor Profissional: Dr. Paulo Jorge Do Rosário Caetano

Orientador Académico: Professora Doutora Rita Martins

Coimbra, 2015

Resumo

O presente trabalho pretende ser o reflexo de um estágio curricular realizado no departamento Administrativo-Financeiro, do Conselho Empresarial do Centro/Câmara do Comércio e Indústria do Centro, uma associação sem fins lucrativos que representa as associações empresariais da região Centro. O estágio insere-se no Mestrado em Economia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra tendo decorrido entre setembro e dezembro de 2014. O seu tema principal é o estudo de projetos de investimento e dos sistemas de incentivo disponíveis para esses mesmos investimentos, nomeadamente os que são dinamizados pelo QREN.

Este relatório faz assim uma ligação daquilo que foram três meses de estágio, numa empresa de utilidade pública e sem fins lucrativos, com uma exposição teórica relacionada com o tema “projetos de investimento e sistemas de incentivo”.

Realço como aspetos chave desta etapa o fato de me permitir ter uma melhor perceção do mercado laboral, conhecer melhor este meio e poder assimilar noções que poderão ser úteis para o meu percurso profissional que se aproxima.

Palavras-chave: Projetos de investimento; Investimento; QREN; Sistemas de Incentivos

Abstract

This work intends to be a reflection of a curriculum research at the Business Council Centre / Chamber of Commerce and Industry Centre, a non-profit association representing business associations of the Central region. The internship is part of the Master in Economics, Faculty of Economics, University of Coimbra having elapsed between September and December 2014. Its main theme is the study of investment projects and incentive systems available for these same investments such as which are run by the National Strategic Reference Framework (QREN is the Portuguese acronym).

This report therefore makes a connection of what it was three months internship in a public corporation, non-profit, with a theoretical exposure relating to the theme "investment projects and incentive systems."

I stress as key aspects of this step the fact allowing me to have a better perception of the labor market, better understand this environment and to assimilate concepts that may be useful for my career to come.

Keywords: Investment projects; Investment; QREN; Incentive systems

Lista de Abreviaturas e Siglas

CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro

CEC/CCIC – Conselho Empresarial do Centro/ Câmara de Comércio e Indústria

DAF – Departamento Administrativo – Financeiro

FC – Fundo de Coesão

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

FSE - Fundo Social Europeu

IGFSE – Instituto de Gestão do Fundo social Europeu

I&D – Investigação e Desenvolvimento

I&DT – Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OSFL – Organização sem fins lucrativos

PME – Pequenas e Médias Empresas

POFC – Programa Operacional de Fatores de Competitividade

POPH – Programa Operacional Potencial Humano

QIPME - Qualidade e Inovação em Pequenas e Médias Empresas

QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional

RIERC - Rede de Incubação e Empreendedorismo da Região Centro

SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade

SI – Sistema de Incentivo

SI Inovação – Sistemas de Incentivos à Inovação

SI I&DT - Sistema de Incentivo à Investigação e ao Desenvolvimento

SIIFSE – Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Pagamentos Intermédios executados pela Comissão Europeia em % da dotação dos Estados Membros.....	13
Gráfico 2 - Evolução trimestral da taxa de execução por Fundos Comunitários até	14
Gráfico 3 - Evolução da taxa de execução por Programa Operacional até 30.09.2014 (%).	15
Gráfico 4 - Incentivos às empresas	16

Lista de Figuras

Figura 1 - Sistema de Incentivos QREN	11
Figura 2 - Organigrama do CEC/CCIC	29

Índice

Introdução	1
Secção I – Enquadramento conceptual - Investimento e Projetos de Investimento	3
1-Investimento	3
2-Projetos de investimento	5
Secção II - Enquadramento contextual - Sistemas de Incentivo ao Investimento	7
1-Quadro de Referência Estratégico Nacional.....	8
2- Sistema de Incentivos QREN	10
3-Números do QREN.....	12
4-Estratégia 2020	17
Secção III – Entidade de acolhimento - CEC/CCIC	19
1-Apresentação da entidade de acolhimento.....	19
2. Missão, visão, objetivos e estratégia	21
3. Projetos e iniciativas	22
4. Estrutura Organizacional	28
Secção IV – “O Estágio”.....	30
1. Objetivos do Estágio	30
2. Atividades do Estágio	31
3. Análise crítica sobre o estágio e entidade de acolhimento	37
Conclusão	40
Bibliografia	42

Introdução

Ao longo de todo o percurso académico fui ganhando interesse em poder participar na vida real do mercado de trabalho, de forma a perceber o seu verdadeiro funcionamento e poder clarificar e por em prática os conceitos base adquiridos. Assim, optei pela vertente profissional, escolhendo realizar o estágio curricular.

Este trabalho foi elaborado no âmbito da realização do estágio curricular no CEC/CCIC (Conselho Empresarial do Centro/ Câmara de Comercio e Industria do Centro), que coordena projetos de utilidade pública, tanto para a população como para as empresas da Região Centro. Nesta organização sem fins lucrativos contactei com uma realidade que até aqui não me tinha sido possível explorar: os Sistemas de Incentivos (SI) do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Este relatório de estágio incide sobre este tema e sobre projetos de investimento não só por ser uma área interessante de estudar mas principalmente porque num contexto de crise económica é importante perceber quais os efeitos das políticas públicas no apoio ao empreendedorismo e à inovação e os resultados práticos que têm tido ao longo dos anos.

Assim, com este relatório pretendo também demonstrar a atividade desenvolvida pela entidade de acolhimento, nomeadamente no que diz respeito a projetos e iniciativas desenvolvidas, projetos estes essencialmente desenvolvidos com o apoio de programas presentes no QREN.

O presente relatório está dividido em quatro secções. Na primeira secção é feita uma revisão de literatura de conceitos de investimento e projetos de investimento. A segunda secção explora o sistema de incentivos (SI) do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), bem como das suas agendas e objetivos e apresenta alguns resultados referentes ao ano de 2014.

Já na terceira secção procede-se à caracterização da organização, à exposição das suas atividades principais, bem como de projetos e iniciativas realizadas pela entidade de acolhimento, estabelecendo uma ligação entre o tema desenvolvido na revisão teórica e os projetos. Por último, na quarta secção são descritos os objetivos do estágio, as tarefas e responsabilidades assumidas durante o mesmo e é feita uma análise crítica do estágio e da entidade de acolhimento, evidenciando as suas qualidades e os pontos a melhorar.

Secção I – Enquadramento conceptual - Investimento e Projetos de Investimento

“Em investimentos, o que é confortável raramente é rentável”

Robert Arnott

1-Investimento

Em economia, segundo Menezes (2001), investimento significa aplicação do capital em meios de produção, com o intuito de aumentar a capacidade produtiva (instalações, máquinas, transporte, infraestrutura), ou seja, em bens de capital.

Para Samuelson (2005) quando se fala em investimento refere-se à compra de um lote de terreno, ações de uma empresa instalada, ou qualquer título de propriedade. Acrescenta ainda que os economistas têm uma visão diferente do conceito de investimento, pois os economistas definem investimento (ou por vezes investimento real) como a produção de bens de capital duradouro.

Ao contrário de Samuelson, Marques (2000) refere que um investimento na ótica macroeconómica consiste na acumulação de possibilidades de produção, através de projetos direta ou indiretamente produtivos, que contribuem para o aumento do produto do país, dinamizando a economia e melhorando a qualidade de vida

Contudo não existe uma definição universalmente aceite por todos, pois há quem olhe para o investimento com uma ótica microeconómica. Assim, e numa ótica mais microeconómica, Martins et al. (2009), interpretam o conceito de investimento como uma aplicação de fundos que geram excedentes financeiros, com o objetivo de maximizar o valor da empresa em determinado horizonte temporal.

Os projetos de investimento podem ainda ser caracterizados de acordo com os seus objetivos mais específicos. Assim, Martins et al. (2009) sugerem a seguinte classificação:

- Investimentos de substituição.
- Investimentos para aumentar a capacidade (expansão).
- Investimentos em inovação.
- Investimentos estratégicos.

Considerando cada uma das classificações apresentadas, os investimentos de substituição caracterizam-se por não aumentarem a capacidade da empresa, visando apenas a continuação da atividade atual, e são os que apresentam menos incerteza. Por sua vez, os investimentos de expansão aumentam a capacidade da empresa sem modificar a natureza dos produtos. Os investimentos de inovação consistem na produção e lançamento de novos produtos, nomeadamente em estudos de mercado, determinação dos encargos e a concorrência e as suas prováveis ações. Por fim, os investimentos estratégicos não têm por objeto aumentar diretamente a rentabilidade imediata da empresa, mas sim promover as condições favoráveis à sua prosperidade a médio ou longo prazo.

Os investimentos têm uma importância fundamental para o valor das empresas e também para o seu desenvolvimento, podendo a sua prossecução criar condições favoráveis à expansão ou pelo contrário acelerar o seu declínio caso sejam realizados sem uma correta análise. Antes da tomada de decisão de investir, os empresários devem proceder à sua estruturação do investimento sob a forma de um projeto, e fazer a sua análise e avaliação, por forma a determinar se os benefícios futuros compensam os custos em que é necessário incorrer.

2-Projetos de investimento

Sendo um investimento uma aplicação de fundos escassos que geram rendimento, durante um certo período de tempo, de forma a maximizar o lucro, torna o projeto um negócio para a empresa, a qual se decide pela sua implementação ou não, conforme a avaliação que dele faz relativamente às alternativas de investimento.

O projeto de investimento é um conceito entendido em duas perspetivas: enquanto plano (intenção) de investimento e enquanto estudo (processo escrito) da intenção de investimento (negócio). Como o estudo é a tradução no papel da intenção de investimento, as duas perspetivas são equivalentes, sendo reunidas no dossier do projeto de investimento. Enquanto plano de investimento, o projeto é uma proposta de aplicação de recursos escassos que possuem aplicações alternativas a um negócio, que espera-se, gerará rendimentos futuros durante um tempo, capazes de remunerar a aplicação.

Segundo Barros (1998), um projeto de investimento é uma proposta de aplicação de recursos escassos que possuem aplicações alternativas a um negócio, que espera-se, gerará rendimentos futuros durante um certo tempo, capazes de remunerar a aplicação.

Segundo Ross et al. (2008) um projeto de investimento poderá ser caracterizado por:

- Um custo inicial avultado.
- Um conjunto de fluxos financeiros durante um certo período de tempo.
- Um valor residual final, que pretende valorizar os ativos do projeto à data da respetiva conclusão.

Fases de elaboração de um projeto

Para qualquer empresa um projeto de investimento é tido em conta como ponto de partida, não se tratando de uma descrição do investimento propriamente dita, mas de uma análise para se apurar se este é ou não uma aposta válida *a priori*. Barros (2005) define as diferentes etapas pela qual um projeto passa:

I. Identificação – Esta é uma fase conceptual e de preparação. São formalizadas ideias concretas acerca de quais são as prioridades que melhor se enquadram no projeto. É neste contexto que se torna possível proceder a um primeiro levantamento das oportunidades de investimento;

II. Preparação – Esta etapa leva a cabo estudos para apurar se o projeto satisfaz os requisitos necessários, permitindo que os mesmos sejam analisados para que seja rentável a sua realização.

III. Análise – Esta fase é a que vai permitir a tomada de decisão final quanto à realização ou não do projeto.

IV. Decisão – Esta quarta fase é a tomada de decisão, isto é, o momento de optar por aceitar ou rejeitar o projeto de acordo com o nível de satisfação das perspetivas alcançado pela entidade promotora. Na eventualidade de o projeto ser rejeitado, o mesmo poderá ser reconsiderado, promovendo-se novos estudos para a sua concretização. Se for aceite passa-se à fase seguinte, a de concretização do projeto.

V. Concretização do projeto – Neste ponto, é altura de proceder à revisão dos estudos técnicos e financeiros efetuados, do calendário de realização de projetos, etc.

Secção II - Enquadramento contextual - Sistemas de Incentivo ao Investimento

Segundo a CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), tendo em conta o atual estado de desenvolvimento da economia portuguesa e a sua inserção no quadro competitivo internacional, os incentivos ao investimento empresarial visam o acréscimo de produtividade e de competitividade das empresas e a melhoria do perfil de especialização de Portugal, favorecendo o desenvolvimento territorial e a internacionalização da economia e priorizando o apoio a projetos de investimento em atividades de produção de bens e serviços transacionáveis ou internacionalizáveis.

É dado, por parte dos investidores, enorme relevo ao sistema de incentivos financeiros, nomeadamente o disponível no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Nesse sentido os sistemas de incentivos às empresas e associações empresariais revestem-se de uma importância redobrada no que concerne aos instrumentos de política económica pública de dinamização do investimento e da atividade empresarial, facilitando com isso a execução da Agenda para os fatores de Competitividade, a desenvolver-se não apenas pelo correspondente programa operacional temático, mas através também dos vários programas regionais. A Agenda para os Fatores de Competitividade inclui intervenções que têm por objetivo estimular a qualificação do tecido produtivo através da inovação e da promoção do empreendedorismo, revelando a adoção de um modelo de crescimento que privilegia o investimento imaterial como meio de estimular uma dinâmica inovadora e uma lógica competitiva nas empresas.

A referida Agenda da Competitividade foi criada com o objetivo principal de um desenvolvimento económico fundado em pilares de conhecimento e inovação (projetando a imagem de um país que apesar de pequeno posiciona a sua produção num segmento de negócio elevado) e no aumento da produção de stocks

transacionáveis, renovando a vocação portuguesa para a globalização – desta vez económica.

1-Quadro de Referência Estratégico Nacional¹

O QREN insere-se na estratégia de investimento portuguesa, organizando a atribuição de fundos comunitários pelos diferentes sectores económicos de acordo com o potencial de aproveitamento de cada um. Este quadro decide, assim, quais as principais áreas que requerem intervenção ao nível do capital e em que proporção irá ser distribuído esse capital.

O QREN pretendeu contribuir para o aumento da racionalidade, da coerência e da eficácia das políticas públicas e para participação dos municípios na gestão do desenvolvimento económico e social e do ordenamento do território. Assim, o QREN assumiu as seguintes prioridades estratégicas:

- Promover a qualificação dos portugueses e das portuguesas desenvolvendo e estimulando o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a cultura como principal garantia do desenvolvimento do país e do aumento da sua competitividade;

- Promover o crescimento sustentado através dos objetivos do aumento da competitividade dos territórios e das empresas, da redução dos custos públicos, da qualificação do emprego e da melhoria da produtividade e da atração e estímulo ao investimento empresarial qualificante;

¹QREN (2007) Quadro de Referência Estratégico Nacional – Portugal 2007 – 2013

- Garantir a coesão social através da promoção da igualdade de oportunidades, de práticas de cidadania inclusiva, reabilitação e reinserção social, conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e a valorização da saúde como fator de produtividade;

- Assegurar a qualificação do território e das cidades através do melhoramento do ordenamento do território, do estímulo à descentralização regional da atividade científica e tecnológica, e ainda através da consolidação do reforço do sistema urbano;

- Aumentar a eficiência da governação privilegiando a modernização das instituições públicas e a eficiência e qualidade dos grandes sistemas sociais e coletivos.

O prosseguimento destes propósitos estratégicos é assegurado por três Agendas Operacionais Temáticas (com o apoio dos Fundos Estruturais – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)² e Fundo Social Europeu (FSE)³ – e do Fundo de Coesão (FC)⁴):

- **Agenda Operacional para o Potencial Humano**, que visa a promoção das qualificações escolares e profissionais dos portugueses e a promoção do emprego e da inclusão social, bem como as condições para a valorização da igualdade de género e da cidadania plena;

- **Agenda Operacional para os Fatores de Competitividade**, que abrange as intervenções que visam estimular a qualificação do tecido produtivo, por via da inovação, do desenvolvimento tecnológico e do estímulo do empreendedorismo,

²O FEDER apoia a realização de infraestruturas e investimentos que permitam gerar emprego, sendo destinado principalmente para as empresas (IGFSE.).

³O FSE apoia a inclusão profissional dos desempregados e da população mais desfavorecida, financiando, por exemplo, ações de formação (IGFSE.).

⁴O FC destina-se aos países cujo PIB médio per capita é inferior a 90% da média comunitária. Tem por finalidade financiar projetos de infraestruturas ao nível do ambiente e dos transportes (IGFSE.).

bem como da melhoria das diversas componentes da envolvente da atividade empresarial, com relevo para a redução dos custos públicos de contexto;

- **Agenda Operacional para a Valorização do Território** que, visando dotar o país e as suas regiões e sub-regiões de melhores condições de atratividade para o investimento produtivo e de condições de vida para as populações, abrange as intervenções de natureza infraestrutural e de dotação de equipamentos essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

A concretização destas Agendas Temáticas é operacionalizada pelos Programas Operacionais enunciados seguidamente, estando para cada um deles definidas as principais dimensões de intervenção:

- Programas Operacionais Temáticos Potencial Humano, Fatores de Competitividade e Valorização do Território;

- Programas Operacionais Regionais do Continente – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve;

- Programas Operacionais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;

- Programas Operacionais de Cooperação Territorial – Transfronteiriça (Portugal – Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira – Açores – Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional;

- Programas Operacionais de Assistência Técnica.

2- Sistema de Incentivos QREN

O QREN dinamiza três grandes Sistemas de Incentivos que promovem a produtividade e a competitividade:

Figura 1 - Sistema de Incentivos QREN



Fonte: Elaborada pelo autor

- Sistemas de Incentivo à Inovação⁵: Estes estimulam o investimento de inovação. A produção de novos bens e serviços no país ou um “*upgrading*” significativo da produção atual através da transferência e aplicação de conhecimento ou de inovações organizacionais, bem como a expansão de capacidades de produção em sectores de conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas. Os projetos de investimento com forte intensidade inovadora eram os privilegiados por estes incentivos.

- Sistemas de Incentivo à Qualificação e Internacionalização das Pequenas e Médias Empresas⁶: Apoiam projetos de investimento promovidos por empresas ou por grupos de empresas, bem como por entidades públicas, associações empresariais ou entidades do Sistema Científico e Tecnológico, direcionados para a intervenção nas pequenas e médias empresas (PME), tendo em vista a inovação, modernização e internacionalização, através da utilização de fatores dinâmicos da competitividade.

⁵ O SI Inovação tem como beneficiários finais, exclusivamente, empresas.

⁶ O SI Qualificação PME tem como beneficiários finais PME, entidades públicas, associações empresariais e entidades do Sistema Científico e Tecnológico que desenvolvam programas de intervenção num conjunto de empresas.

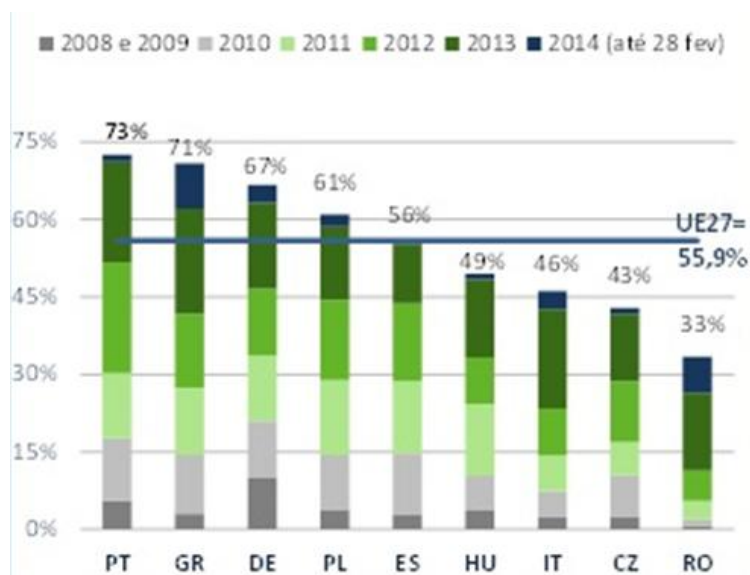
- Sistemas de Incentivo à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico das Empresas⁷: A prioridade deste Sistema de Incentivos é investir nas atividades de Investigação e Desenvolvimento, com vista a obter novos produtos, serviços ou processos, economicamente viáveis, que permitam responder aos desafios futuros. É um sistema direcionado para a aposta em projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT) e de demonstração tecnológica, individuais ou em co-promoção, liderados por empresas ou, no caso de projetos de I&DT Coletiva, promovidos por associações empresariais, representando os interesses e necessidades de um conjunto significativo de empresas. Intervém igualmente, ao nível do reforço de competências internas de I&DT e da valorização de resultados de I&DT junto das empresas.

3-Números do QREN

Segundo informação da Direção Geral do Orçamento da Comissão Europeia reportada a 28 de fevereiro de 2014, Portugal surge como o país da UE que melhor executa os fundos do QREN (Gráfico 1), estando acima da média comunitária no que diz respeito aos níveis de reembolsos intermédios (FSE, FEDER e FC) por parte da Comissão Europeia. Os reembolsos intermédios são os pagamentos efetuados por parte da comissão europeia, tendo em conta todo o ciclo financeiro das despesas imputadas aos projetos e são calculados através da aplicação da taxa de cofinanciamento fixada na decisão relativa ao programa operacional em causa.

⁷ O SI I&DT tem como beneficiários finais, empresas, entidades do Sistema Científico e Tecnológico e associações empresariais.

Gráfico 1 - Pagamentos Intermédios executados pela Comissão Europeia em % da dotação dos Estados Membros



Fonte: Observatório do QREN (2014)

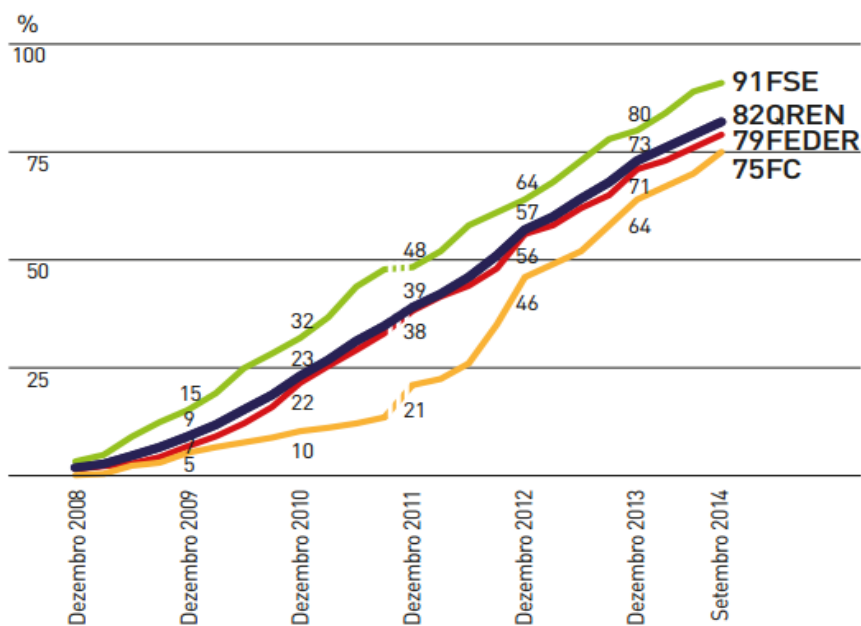
Em 28 de fevereiro de 2014, do montante de 189.372 M€ de reembolsos de pedidos de pagamentos intermédios efetuados pela CE aos Estados-membros, 15.542 M€ destinaram-se a Portugal (8,2%), sendo 5.232 M€ de FSE e 10.310 M€ de FEDER e Fundo de Coesão.

Segundo dados do boletim informativo do QREN nº 25, no final do terceiro trimestre de 2014, a taxa de execução do QREN atingiu 82% da dotação total de fundos prevista executar até 2015, concentrada sobretudo nas áreas da qualificação e educação e nos apoios a empresas, correspondente a quase 18 mil M€ de volume de despesa (fundo) validada. A taxa de realização atingiu 76% (da dotação total de fundos comunitários aprovados). Face ao final do segundo trimestre, as taxas de execução e de realização aumentaram 3,1% e 2,8% respetivamente. A taxa de execução, representa a diferença entre a despesa efetivamente realizada e a despesa programada.

No atual contexto socioeconómico, com uma clara redução do investimento privado e uma elevada taxa de desemprego, é de se esperar alguma assimetria de execução dos Fundos Estruturais, sendo provável que a execução do FSE seja superior, uma vez que o FSE apoia a inclusão profissional dos desempregados e da população mais desfavorecida, financiando por exemplo ações de formação. Pela observação do gráfico 2 constata-se que os níveis de execução registados no final do terceiro trimestre de 2014 foram algo próximos, sendo no FSE de 91%, enquanto no FEDER a taxa de execução foi de 79% e no FC 75%. É possível visualizar ainda que essa proximidade ganhou relevo a partir de 2012, quando existiu uma clara aceleração da taxa de execução do FC.

Gráfico 2 - Evolução trimestral da taxa de execução por Fundos Comunitários até

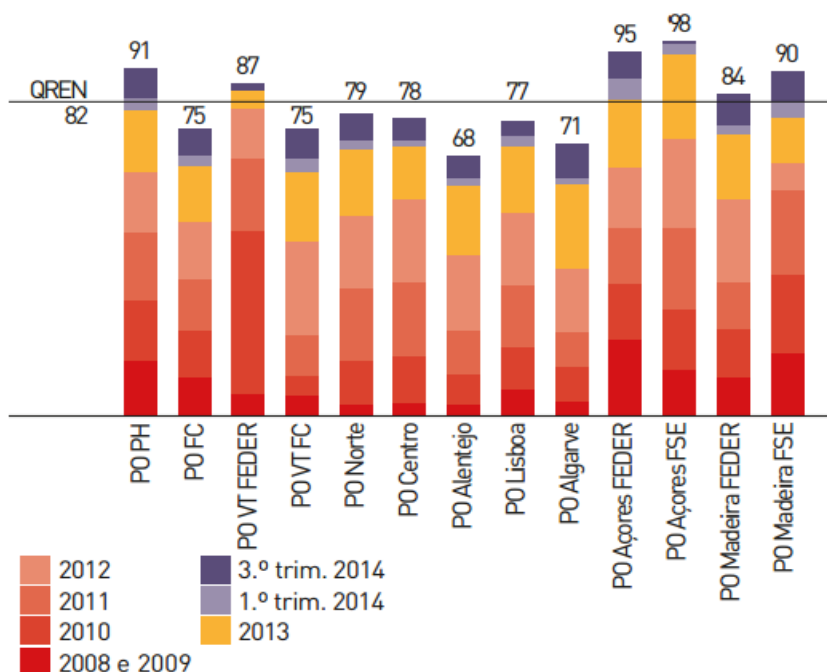
30.09.2014



Fonte: QREN Boletim informativo nº25, 2014 (página 6)

Ao nível dos programas operacionais e observando-se o gráfico 3 verifica-se um relativo equilíbrio entre as taxas de execução e uma clara proximidade em relação à média do QREN. Destaque para os programas operacionais que revelam uma taxa de execução superior à média do QREN, sobretudo os programas operacionais das regiões autónomas, Açores e Madeira, e ainda o programa operacional para o potencial humano (POPH) e para o programa operacional para a valorização do território (POVT) na vertente FEDER.

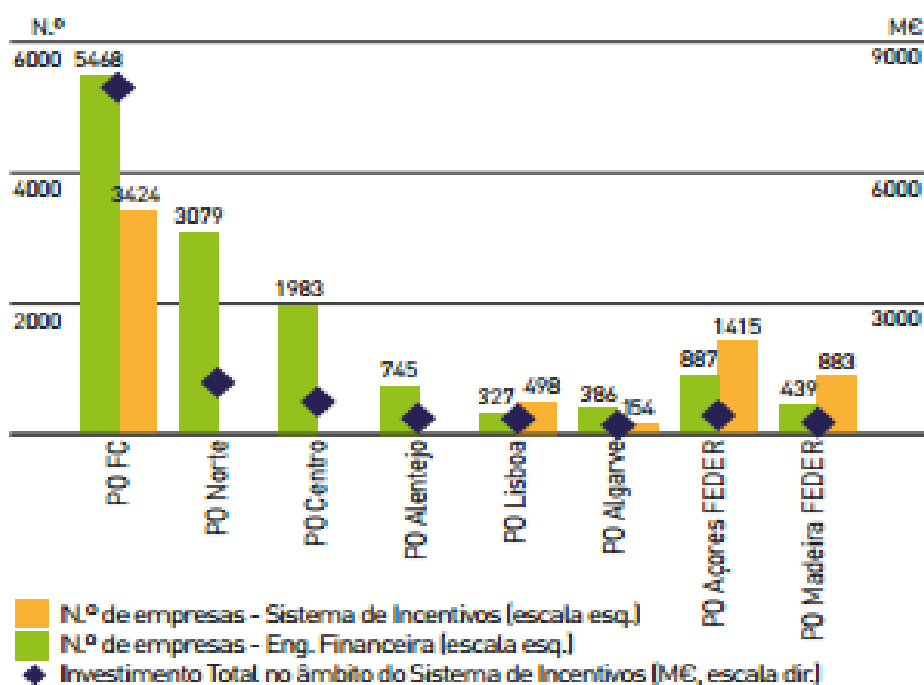
Gráfico 3 - Evolução da taxa de execução por Programa Operacional até 30.09.2014 (%)



Fonte: QREN Boletim informativo nº 25, 2014 (página 6)

Em relação à agenda para os fatores de competitividade, e visualizando o gráfico 4 contata-se que até ao final de setembro de 2014 foram 13.314 as empresas com ajudas diretas ao investimento atribuídas através dos sistemas de incentivos. De destacar o PO FC com o maior número de empresas apoiadas (4.468), seguido pelo PO Norte (3.079), sendo o PO FC o que apresenta maior expressão relativamente ao investimento total médio por empresa (1,5Me), o que se deve ao facto dos incentivos aos projetos de grandes e médias empresas serem elegíveis apenas neste PO.

Gráfico 4 - Incentivos às empresas



Fonte: QREN Boletim informativo nº25, 2014 (página 9)

Das 13.314 empresas que receberam incentivo, 2.171 (16%) foram apoiadas no início da sua atividade (start-up), sendo de salientar que 43% (938) destas novas empresas apoiadas se situam em setores intensivos em conhecimento e média-alta

e alta tecnologia, o que revela a aposta que está a ser feita neste tipo de empresas, enquanto investimento promissor para uma maior elevação da competitividade da economia portuguesa.

Na agenda da competitividade é de registar, ainda, o apoio a 6.374 empresas através de mecanismos de engenharia financeira, os quais assumem particular importância no âmbito das medidas de combate à crise económica e financeira.

4-Estratégia 2020⁸

A estratégia Europa 2020, lançada em 2010 para os dez anos seguintes, é a estratégia da União Europeia para o crescimento e o emprego. Esta estratégia visa não só a saída da crise, da qual as nossas economias estão a recuperar gradualmente, mas também colmatar as deficiências do nosso modelo de crescimento e criar condições para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Foram definidos cinco objetivos principais que a UE deverá atingir até ao final de 2020. Esses objetivos dizem respeito ao emprego, à investigação e desenvolvimento, ao clima/energia, à educação e à inclusão social e redução da pobreza.

Os objetivos da estratégia são apoiados por sete iniciativas emblemáticas que servem de enquadramento para atividades conjuntas da UE e das autoridades nacionais nas seguintes áreas: inovação, economia digital, emprego, juventude, política industrial, pobreza e eficiência na utilização dos recursos.

⁸ Fonte: Comissão Europeia (2010)

Contribuem também para a realização dos objetivos da estratégia Europa 2020 outros instrumentos da UE, tais como o mercado único, o orçamento da UE e a agenda externa da UE.

Com a sua visão de conjunto das políticas europeias e da interdependência entre a UE e os Estados-Membros, o Conselho Europeu é a instituição responsável pela condução da estratégia Europa 2020. A execução e o acompanhamento da estratégia Europa 2020 decorrem no contexto do Semestre Europeu, que é um ciclo anual de coordenação das políticas económicas e orçamentais, à escala da União Europeia.

O Conselho Europeu analisa a situação macroeconómica global e os progressos no sentido do cumprimento dos cinco principais objetivos a nível da UE, bem como as iniciativas emblemáticas. Além disso, estabelece orientações políticas para a UE e a zona euro no seu conjunto, com base na análise anual do crescimento apresentada pela Comissão e emite orientações a nível da UE para os domínios orçamental e macroeconómico, bem como relativas às reformas estruturais e às áreas políticas que podem contribuir para um maior crescimento.

Secção III – Entidade de acolhimento - CEC/CCIC



1-Apresentação da entidade de acolhimento

O Conselho Empresarial do Centro/Câmara de Comércio e Indústria do Centro (CEC/CCIC) é uma associação sem fins lucrativos que representa as associações empresariais da NUT II Centro⁹, assim como dos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu. Foi fundado em 1993 encontrando-se localizado na Rua Coronel Júlio Veiga Simão, em Coimbra.

Desde 1996 que é reconhecida a sua utilidade pública e tem como finalidade o desenvolvimento homogéneo e sustentado, estudo, defesa e promoção das empresas e dos interesses sócio - económicos da Região Centro, mediante a unidade, cooperação e representação das respetivas estruturas associativas empresariais e outras organizações que a integrem, bem como a articulação em rede com os diferentes atores, públicos e privados, regionais, nacionais e internacionais, na prossecução dos seus fins.

Fazem parte da rede associativa do CEC/CCIC 39 Associações Empresariais da Região Centro de Portugal, que por sua vez o ligam a mais de 40 mil empresas. Uma vez que a maior parte do tecido empresarial português é composto por micro e pequenas empresas, o CEC/CCIC possui uma grande mais-valia por ter os meios para chegar a todas elas.

⁹ As NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) representam as sub-regiões estatísticas em que se divide o território português. O segundo nível (NUTS II) compreende sete unidades territoriais: cinco regiões no Continente (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve) e as Regiões Autónomas. A NUT II Centro compreende os distritos de Coimbra, Castelo Branco e Leiria, na sua totalidade, a maior parte dos distritos de Viseu, Aveiro e Guarda, e cerca de um terço do Distrito de Santarém.

Em 1997 foi reconhecido o estatuto de Câmara de Comércio e Indústria com área de atuação na NUT II Centro. A par do contributo para o estímulo à internacionalização do território e empresas da Região Centro, compete ainda à CCIC, no âmbito das suas competências legais, emitir certificados e outros documentos necessários ao desenvolvimento das relações comerciais dos agentes económicos regionais.

Já em 2004, foi criado o Conselho Consultivo do CEC/CCIC, que constitui um fórum de presença direta com mais de 70 membros (dos quais 50 empresas de referência da região, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), Municípios, bem como as Universidades e Institutos Politécnicos da Região Centro) onde se debatem os desafios do desenvolvimento económico e regional, como a internacionalização, inovação e investimento estrangeiro e onde são partilhadas experiências empresariais.

O CEC/CCIC é entidade acreditada, pela Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, para a promoção da formação profissional, constituindo ainda, desde 2008, um dos sete Organismos Intermédios a nível nacional com competências delegadas pelo Estado português para a Gestão do FSE na componente de Formação-Ação para PME do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), no âmbito do atual QREN.

Esta associação é igualmente uma das entidades portuguesas acolhedoras da Enterprise Europe Network (EEN), uma rede representada por um consórcio que, integrada no âmbito do Programa Quadro para a Competitividade e Inovação da UE, oferece um conjunto de serviços descentralizados que apoiam as PME no seu processo de internacionalização e no encontro de parceiros estratégicos para a inovação e para o desenvolvimento dos seus negócios.

De uma parceria entre o CEC/CCIC e o BANIF – Banco de Investimento, S.A. surgiu a Centro Venture – Sociedade de Capital de Risco, S.A., a primeira sociedade

de capital de risco regional, que pretende fomentar a política de empreendedorismo e inovação em PME com atividade no Centro e com elevado potencial de crescimento.

No âmbito da Secção de Empreendedorismo e Incubação do CEC/CCIC foi constituída a RIERC (Rede de Incubação e Empreendedorismo da Região Centro), que pretende facilitar e promover a cooperação nacional e internacional entre incubadoras, instituições de inovação e outras redes de incubação e empreendedorismo, assim como estimular a cooperação entre empresas incubadas e desenvolver medidas facilitadoras ao empreendedorismo na Região Centro. Nesta Secção de Empreendedorismo e Incubação insere-se também o Centro Business Angels (liderado pelo CEC/CCIC), uma rede regional de Business Angels do Centro de Portugal cuja missão passa por apreciar os projetos emergentes na Região de modo a fomentar mecanismos de suporte em oportunidades de negócios nascentes.

Em 2008 foi constituída a agência de desenvolvimento regional, WinCentro, sob a forma de associação sem fins lucrativos vocacionada para a gestão de áreas de acolhimento empresarial e captação de investimento;

2. Missão, visão, objetivos e estratégia

De acordo com a informação do relatório e contas de 2013 a sua missão consiste na afirmação da região Centro de Portugal, representando e apoiando as empresas e as associações empresariais, incentivando o desenvolvimento dos seis distritos da região Centro.

A sua ambição consiste na afirmação da região Centro pela sua competitividade, inovação e criatividade, garantindo a coesão e solidariedade territorial, promovendo a cultura e identidade regionais e reforçando o sentimento e orgulho de pertença.

Os objetivos comuns a toda a organização são a adoção de uma política de qualidade ao serviço da sua rede associativa e das empresas que representam, tendo sido definidos os seguintes objetivos comuns para 2014:

1. A Média de satisfação dos colaboradores seja no mínimo suficiente

2. Obter no máximo uma reclamação por ano

3. Manutenção do CEC/CCIC enquanto Organismo Intermédio, isto é, enquanto entidade ou serviço público ou privado com o qual uma autoridade de gestão tenha estabelecido um contrato de delegação de competências e que pode desempenhar funções, em nome desta autoridade, em relação aos beneficiários que executam as operações.

4. Obter um nível de satisfação dos clientes no mínimo 80%

5. Garantir uma taxa de aprovação de candidaturas de 75%

6. Acolher no SGQ do CEC/CCIC procedimento na área da Segurança e Ambiente.

Além disso, para cada projeto em que o CEC/CCIC se encontra envolvido existem objetivos específicos de acordo com as características próprias de cada um.

3. Projetos e iniciativas

O funcionamento do CEC/CCIC depende em grande parte, das participações financeiras dos fundos estruturais no âmbito dos projetos. Desse modo irei de seguida abordar os projetos e iniciativas desenvolvidos pela entidade de acolhimento, no sentido de explicar a intervenção do CEC/CCIC para a promoção do investimento e do desenvolvimento da região centro.

QI PME Centro - Qualidade e Inovação

O QI PME Centro é um projeto promovido pelo CEC/CCIC nos termos do Contrato de Delegação de Competências celebrado com o POPH que lhe atribui o estatuto de Organismo Intermédio. Este projeto pretende essencialmente a melhoria e a promoção do desenvolvimento e dos processos de gestão das micro e PME através do reforço das competências dos quadros e trabalhadores e de processos de modernização e inovação ao nível da gestão.

Prioritariamente, o QI PME Centro dirige-se a empresas integradas nos sectores da indústria e de serviços de apoio à indústria e, preferencialmente, àquelas que são geradoras de maior valor acrescentado (e com capacidade de competir no mercado internacional ou correspondendo a formas inovadoras de serviços de elevada procura interna) ou que estão integradas nas fileiras existentes ou nas atividades e clusters motores identificados nas políticas regionais e análises prospetivas para a região Centro.

A seleção das empresas participantes é da responsabilidade das entidades beneficiárias, sendo estas credenciadas através de aviso de concurso aberto pelo Organismo Intermédio (CEC/CCIC) em articulação com o POPH.

Fincentro

O CEC/CCIC é promotor do projeto Fincentro, iniciativa que se enquadra no Sistema de Incentivo às Ações Coletivas (SIAC) do Programa Mais Centro (QREN). Resulta da identificação de uma falha de mercado crítica para o desenvolvimento do tecido empresarial tendo por objetivo geral identificar os diferentes tipos de financiamentos disponíveis e fornecer modelos e instrumentos adequados ao seu recurso por parte das PME's. O Fincentro aborda igualmente os diferentes ciclos de vida da empresa, considerando a deteção de novos projetos e a criação de novas empresas. Envolve o apoio a empresas com processos de inovação e

implementação de estratégias empresariais relevantes, bem como o auxílio na sua sucessão/transmissão, tendo em vista assegurar a continuidade das PME's, evitando a sua extinção ou declínio neste processo muitas vezes complexo.

Enterprise Europe Network

Formada por mais de 500 pontos de contacto, espalhados por mais de 50 países, esta rede oferece um conjunto de serviços descentralizados e de proximidade que apoiam as Pequenas e Médias Empresas (PME) no seu processo de internacionalização e no encontro de parceiros estratégicos para a inovação e para o desenvolvimento sustentado dos seus negócios.

Integrada no COSME - Programa Europeu para a competitividade das empresas e das PME, anteriormente integrada no âmbito do Programa-Quadro para a Competitividade e Inovação da União Europeia, é sucessora das anteriores redes comunitárias de Euro Info Centres e dos Innovation Relay Centers, oferecendo, numa lógica de integração de competências, um serviço de balcão único, reunindo as diversas soluções disponíveis em termos de instrumentos e programas comunitários de apoio às PME.

Aprendizagem

O CEC/CCIC celebrou um protocolo com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP), no âmbito do Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego, com vista à dinamização conjunta de cursos de aprendizagem, na ótica do reforço e diversificação das ofertas formativas de dupla certificação de nível secundário, com intuito de elevar os níveis de qualificação dos jovens antes da sua integração no mercado de trabalho.

Vida Ativa

Criada no quadro do Acordo de Concertação Social - Compromisso *para o crescimento, competitividade e emprego*, a medida Vida Ativa procura potenciar o regresso ao mercado de trabalho de desempregados, através de uma rápida integração em ações de formação de curta duração.

Esta aposta visa reforçar a qualidade, a eficácia e a agilidade das respostas no âmbito das medidas ativas de emprego, particularmente no que respeita à qualificação profissional, e exige a mobilização alargada dos diversos operadores (públicos, privados e cooperativos) tendo em vista obter uma resposta mais célere, com maior cobertura territorial e mais ajustada às necessidades dos desempregados e do mercado de emprego.

Neste âmbito, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P., assinou um acordo de cooperação com o CEC/CCIC – Conselho Empresarial do Centro, acordando na dinamização conjunta de ações de formação profissional de curta duração no ano de 2014, num quadro de complementaridade com as respostas formativas proporcionadas pela rede de centros de emprego e formação profissional do IEFP, I.P.

Com base num diagnóstico de necessidades do mercado de trabalho, foram protocoladas 56 ações compreendidas em 27 áreas de formação, comprometendo abranger cerca de 1400 desempregados de um total de 243 concelhos da Região Centro.

Para esta parceria, assumiram-se as empresas da Região Centro como parceiros ativos e estratégicos na dinamização das respostas formativas, contribuindo para ajustar a formação às necessidades do mercado de trabalho e, por esta via, facilitar a (re) integração profissional.

É através do tecido empresarial que será possível desenvolver formação prática em contexto de trabalho, componente vital para a complementaridade das competências adquiridas na formação em sala e potenciadora do contacto regular

com o mercado de trabalho favorecendo, desta forma, a respetiva inserção ou reinserção profissional.

Projeto Start Up

O Projeto START UP enquadra-se no Programa MAIS CENTRO (QREN) visando, em conjunto com as incubadoras que integram a RIERC (Rede de incubadoras de empresas da região centro) operacionalizar parte dos objetivos definidos para a Rede.

Tem como propósito, desde a sua implementação, contribuir para que a Região Centro se torne uma Região com adequadas condições para o lançamento e desenvolvimento de empresas inovadoras, com uma forte dinâmica de ligação com o sistema científico e tecnológico, centrada na promoção do empreendedorismo numa lógica de Rede.

Assente em sete eixos estratégicos, a iniciativa é implementada através das seguintes atividades: reforço da capacidade de gestão interna e serviços partilhados; promoção do empreendedorismo, cooperação com o sistema científico e tecnológico, desenvolvimento empresarial, internacionalização, promoção e disseminação, e gestão e avaliação.

ACTION - Ações de Cooperação Transfronteiriça para a Inovação e Oportunidades de Negócio

O projeto Action propõe-se promover a cooperação transfronteiriça empresarial entre empresas dos clusters transporte/logística/distribuição e agroindústria/alimentar, suas parceiras e entidades do sistema científico e tecnológico, bem como afirmar as regiões intervenientes como territórios da inovação. Apoiado pelo POCTEP (Programa Operacional Cooperação Fronteiriça

Espanha Portugal – INTERREG), o projeto é liderado pelo CEC/CCIC, estabelecendo uma parceria composta pela Universidade da Beira Interior, Associação ParkUrbis Incubação, Agencia de Inversiones y Servicios de Castilla y León, Fundación Parque Científico de la Universidad de Salamanca, Fundación Parque Científico Universidad de Valladolid e Fundación Rei Afonso Henriques. Por sua vez, o ACTION II assume o seu papel de continuidade face ao projeto ACTION, promovendo ainda a cooperação transfronteiriça entre empresas dos clusters Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica (TICE) e energias alternativas, não só nas regiões abrangidas pelo ACTION, como também no Norte de Portugal.

Portugal Empreendedor

O projeto Portugal Empreendedor integra-se no Sistema de Incentivos às Ações Coletivas do Programa COMPETE (QREN), visando sensibilizar e aumentar os fatores de competitividade para as empresas e dinamizar o espírito empresarial. Promovido em parceria com a ANJE (Associação Nacional de Jovens Empresários) e UERN (União das Associações Empresariais da Região Norte), é implementado através das seguintes atividades: capacitação de agentes promotores de empreendedorismo jovem e feminino, realização de workshops de divulgação e conferências, conceção de guias práticos regionais de empreendedorismo e de promoção da competitividade e ações de benchmarking.

Mentor

Este projeto tem como líder o CEC e como parceiro a AIMinho (associação industrial do Minho), e visa contribuir para o reforço do ecossistema de apoio ao empreendedorismo, atuando sobre a sofisticação dos mecanismos que contribuem para a promoção da eficácia das medidas de apoio à criação de empresas, em

especial no segmentos de empresas cujos modelos de negócio privilegiam a geração de valor acrescentado e das novas empresas lideradas por jovens e mulheres empreendedoras.

De uma forma pragmática, procura-se dinamizar a economia, capitalizando a sabedoria, experiência e rede de contactos de empresários e gestores (em várias áreas, como a financeira, comercial e marketing, tecnologia e inovação, etc.) bem-sucedidos em processos de apoio eficazes a iniciativas de jovens empreendedores e empreendedoras.

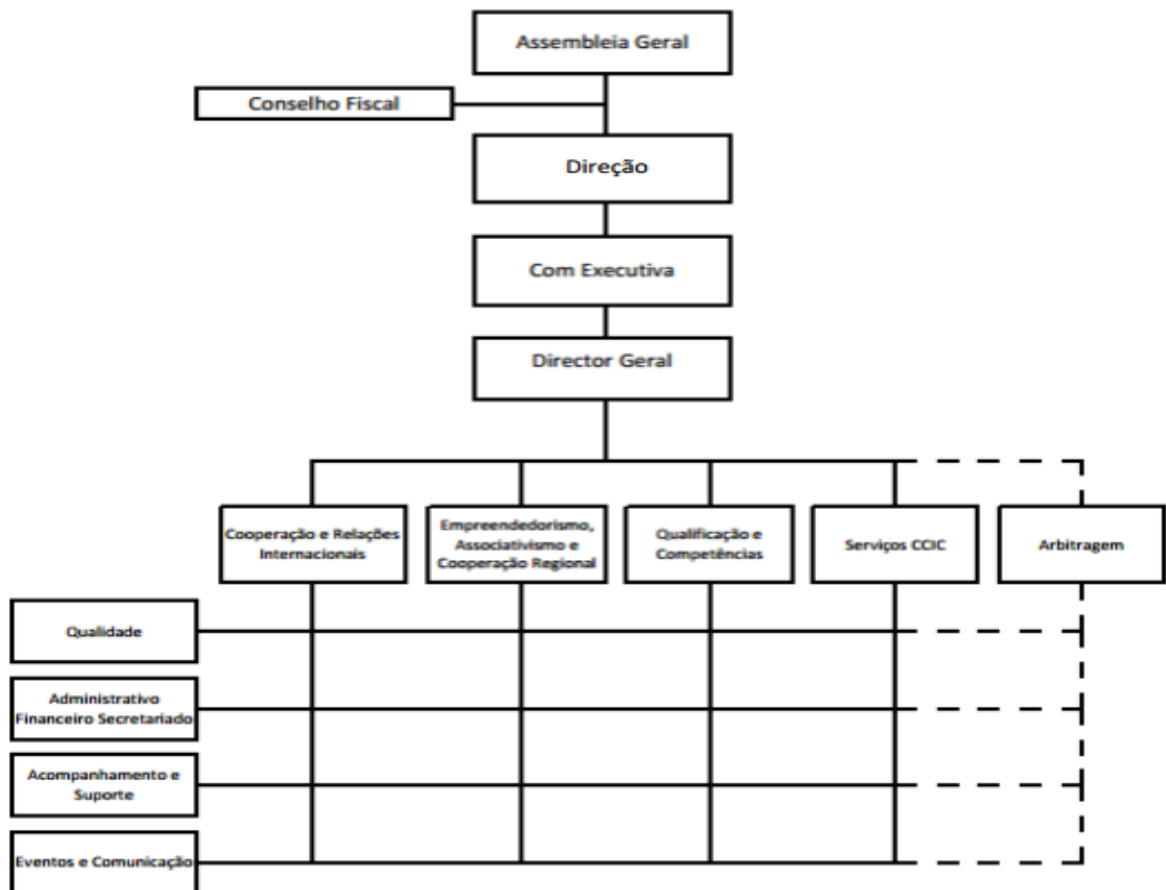
A criação e gestão de redes de mentores, devidamente organizadas, aplicando metodologias testadas e com resultados comprovados, constituem um elemento crucial na dinamização de mecanismo mais sofisticados e eficazes de suporte ao empreendedorismo que os ecossistemas do CEC/CCIC e da AIMinho consideram fundamentais implementar com a maior brevidade.

Poderá afirmar-se assim que o CEC/CCIC tem contribuído para promover e facilitar o investimento, o empreendedorismo e a inovação. Os projetos que anteriormente referi confirmam esta mesma realidade, como por exemplo: o START UP como promotor de lançamento e desenvolvimento de empresas inovadoras, o FINCENTRO como sensibilizador para o recurso a soluções de financiamento que permitam às empresas responder ao surgimento de iniciativas inovadoras (quer em termos de novas atividades, quer em termos de novos processos e produtos em atividades existentes), o ACTION, ACTION II como impulsionadores de laços de cooperação empresarial transfronteiriça, que permitam incentivar atividades regionais estratégicas (garantindo a sua vocação exportadora) e afirmar a competitividade das regiões através da transferência de tecnologia, inovação e empreendedorismo, e o QI PME como fomentador das qualificações dos portugueses e dos processos de modernização e inovação da gestão das empresas.

4. Estrutura Organizacional

A Estrutura Organizacional do CEC/CCIC, Figura 2, apresenta uma Assembleia Geral, um Conselho Fiscal, uma Direção, uma Comissão Executiva, um Diretor Geral, e nove departamentos. Um deles, o de arbitragem, que ainda não está totalmente implementado, terá como objetivo servir todos os restantes departamentos, os associados do CEC e os clientes da CCIC.

Figura 2 - Organigrama do CEC/CCIC



Fonte: Sistema da Qualidade CEC/CCIC

Secção IV – “O Estágio”

1. Objetivos do Estágio

O estágio curricular, inserido no âmbito do Mestrado em Economia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, iniciou-se no dia 22 de setembro de 2014 e teve uma duração de 16 semanas correspondente a 560 horas. Tendo em conta que o estágio permite a ligação entre o que é aprendido nas unidades curriculares e o início de uma aprendizagem prática, é objetivo do mesmo permitir a inserção em ambiente de trabalho e em funções relacionadas com a área de formação e o desenvolvimento de habilidades e competências profissionais.

Deste modo, o referido estágio foi supervisionado pelo Dr. Paulo Jorge Caetano, coordenador do Departamento Administrativo/financeiro. Das atividades previstas para a realização do presente estágio, constam:

- Gestão de recursos humanos: verificar a pontualidade e a assiduidade dos colaboradores da organização;
- Controlo de férias, faltas e formação dos colaboradores;
- Atualização dos dados dos colaboradores;
- Reporte de informação para Mapa Anual de Férias e para o Relatório Anual da Atividade Social da Empresa para a ACT- Autoridade das condições de trabalho;
- Aplicação do Sistema de Gestão da Qualidade:
 - a) ITUCR-01-3¹¹ Compras – Adjudicações e Econmato;
 - b) ITUCR-30-4 Avaliação e Seleção de Fornecedores;

¹¹ ITUCR – corresponde à Instrução Técnica definida pela entidade de acolhimento no Sistema de Gestão da Qualidade.

- Aplicação da ITUCR-10-1 do Sistema de Gestão da Qualidade: Dossiers Gerais e Dossiers de Projeto/Atividade;

- Participar na elaboração dos Mapas de Controlo/Gestão dos Projetos QIPME e Aprendizagem no âmbito do POPH – Programa Operacional do Potencial Humano;

- Acompanhamento da elaboração dos dossiers e ficheiros a submeter em SIIFSE – Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu, relativos ao Projeto QIPME;

2. Atividades do Estágio

Ao longo do estágio foram desenvolvidas diversas atividades, em áreas distintas e com objetivos diversos. Especificamente, estas incidiram sobre a área Financeira, Qualidade, sobre os Recursos Humanos e sobre o projeto QIPME. Foram entretanto surgindo outras atividades pontuais que também considerei relevantes para o meu desenvolvimento e da entidade. Assim, descrevo-as pormenorizadamente de seguida.

2.1. Financeira

Sendo o meu estágio dirigido para o departamento Administrativo e Financeiro (DAF), nos primeiros dias foi-me apresentado o dossier de Caixa que agrega todos os recibos das despesas efetuadas pelos funcionários ao serviço do CEC/CCIC. Este dossier está organizado mensalmente e assim que os recibos dão entrada no DAF é preciso proceder ao registo numa folha de cálculo criada para o efeito e posteriormente proceder a sua arquivagem no dossier Caixa. Estas despesas são essencialmente de pequenos montantes e destinadas sobretudo a serviço externo

realizado pelos funcionários. O seu registo é importante pois permite um controlo sobre as despesas e averiguar a necessidade de em qualquer momento se efetuar uma reposição de caixa, responsabilidade do coordenador do Departamento.

Foram-me também solicitadas atividades pontuais, como preenchimento de tabelas para aferir gastos de períodos anteriores, relacionados ou não com projetos, e com periodicidade anual ou mensal, como por exemplo o preenchimento de uma tabela relativa ao ano de 2014 com os gastos de Fornecimentos e Serviços Externos ou Gastos Gerais.

2.2. Recursos Humanos

Tal como em todas as entidades, também no CEC/CCIC, é de extrema importância o tratamento de informação relacionada com Recursos Humanos (RH). Assim, existe um sistema implementado, o Staff Control, para o registo de assiduidade e pontualidade de todos os colaboradores da organização, que se encontra ligado a um computador e onde se registam, digitalmente, as entradas e saídas. Este registo é feito através da deteção da impressão digital de cada funcionário.

Diariamente descarreguei essa informação com todos os horários, que o programa transforma em ficheiros (formato Pdf), e registei a mesma num ficheiro (formato Excel).

Como o sistema informático apresenta algumas falhas, foi colocada uma folha ao lado do computador para que os colaboradores possam assinar e colocar a data e a hora da entrada ou saída em caso de erro.

Para uma melhor Gestão de RH existe também uma ficha, a - Ficha de Registo de Ausênciasll, que os colaboradores preenchem quando pretendem marcar

férias, quando preveem que vão faltar devido por exemplo a uma consulta médica, ou mesmo após a falta.

Com todos estes dados, verifica-se se as falhas dos registos coincidem com férias ou faltas dos colaboradores. Com todo o ficheiro (Excel) preenchido é possível verificar todos os horários praticados pelos colaboradores, os atrasos, as faltas, as férias, as horas realizadas a menos ou a mais, entre outros. Assim, torna-se possível também aferir o número de refeições a serem pagas, juntamente com os dias de salário desse mês.

É importante também cruzar dados com o calendário de Outlook onde são registados os serviços externos para confirmar, caso o colaborador não tenha registo de assiduidade, se este realmente faltou ou se esteve a fazer serviço externo. Proceder ao registo de todos estes dados foi uma das atividades que me foi destinada enquanto permaneci no CEC/CCIC.

Elaborei, como sugestão, um ficheiro Excel para tratamento de dados do Staff Control/RH, que englobava toda a informação existente anteriormente em vários ficheiros, procurei de um modo geral simplificar a leitura dos dados e possibilitar a redução do número de ficheiros existente, condensando toda a informação num só. Assim, são de fácil leitura e contabilização todos os horários dos colaboradores, os atrasos, as faltas, as férias, as férias por gozar, o total de dias trabalhados, o total de dias de faltas e de férias. Facilitando também, a distribuição de horas de trabalho de cada colaborador por dia, para este imputar a cada projeto.

Posteriormente, acrescentei as férias não gozadas de 2014, e que transitaram para 2015, que correspondiam a cada colaborador. Para tal, foi necessário ler o Código de trabalho, na parte que refere o direito a férias.

Organizei também os dossiers que contêm toda a informação e documentos de cada colaborador, confirmando a falta de documentos ou a sua desatualização,

nomeadamente documentos de identificação, currículo vitae, registos de presenças em formações ou registo de faltas e de férias.

De realçar que frequentemente era necessário arquivar documentos relacionados com faltas e férias, respetivamente justificações ou marcações havendo sempre necessidade de conferir no ficheiro - Staff Control e de conferir também se todas as faltas e férias coincidiam com os horários praticados.

2.3. Gestão da Qualidade

O CEC/CCIC definiu como principal objetivo implementar um Sistema de Qualidade, com a intenção de adequar os produtos e serviços geradores de vantagens competitivas, e que garantam satisfação aos associados, clientes e parceiros.

Como documentos afetos ao SGQ existe o - Procedimento da Qualidade – PQ que retrata um processo. São exemplos de PQ Criação de Procedimentos, Controlo de Documentos e de Registos, Ações Corretivas e Preventivas, Formação e Eventos.

Existe também um outro tipo de documento, a - Instrução Técnica - IT que descreve detalhadamente a execução de uma determinada atividade. São exemplo de IT Compras, Gestão de Correspondência, Netcentro, Avaliação de Satisfação dos Clientes, entre outros.

Com a finalidade de monitorizar as atividades foi definido um conjunto de indicadores, distintos em termos de objetivos e periodicidade. É necessário um acompanhamento, do SGQ, constante ao longo do tempo para que seja possível, em caso de necessidade, definir Ações Corretivas ou Ações Preventivas, evitando assim falhas e Não Conformidades.

Qualquer colaborador pode, numa tentativa de melhorar a eficácia do SGQ, propor uma oportunidade de melhoria, e esta poderá enquadrar-se ao nível dos Processos, Atividades, Indicadores, Impressos, entre outros.

Assim participei na elaboração de uma melhoria ao impresso relativo ao material de escritório, pois sempre que um colaborador necessite de material de escritório tem de se deslocar à sala de economato para recolher esse mesmo material e registar o que leva num impresso próprio.

Esse impresso apresenta algumas limitações pois por cada tipo de material diferente que se pretenda levar terá de ser registado, o tipo de material, a quantidade, a data e uma assinatura do colaborador, separadamente. Isto implica que se houver necessidade de recolher diferentes materiais se perca algum tempo a registar. Outra limitação prendia-se com o facto de, ao ter de ser registado o tipo de material, diferentes pessoas pudessem atribuir diferentes designações ao mesmo material, o que depois conduzia a uma errada contabilização desse mesmo material.

Desta forma a melhoria sugerida foi trocar o atual impresso por outro numa folha A3 que contivesse todo o material disponível e que permitia que o colaborador assinalasse o material retirado e final da folha assinasse apenas uma vez.

2.4. O projeto QIPME Centro - Qualidade e Inovação

O QI PME Centro é um projeto promovido pelo CEC/CCIC nos termos do Contrato de Delegação de Competências celebrado com o POPH que lhe atribui o estatuto de Organismo Intermédio. Este projeto pretende essencialmente a melhoria e a promoção do desenvolvimento e dos processos de gestão das micro e PME através do reforço das competências dos quadros e trabalhadores e de processos de modernização e inovação ao nível da gestão.

Este projeto era o que mais direcionado estava para o departamento onde estive inserido, e por esse fato foi um projeto que acompanhei ao longo do meu estágio e com o qual desenvolvi algumas tarefas, tais como a organização da informação dos pedidos de reembolso efetuados.

2.5. Outras Atividades

Foi-me solicitado também que construísse, uma tabela onde constam todos os formadores contratados que prestaram serviços às associações, no âmbito de vários projetos, por forma a reunir toda a informação necessária nomeadamente as suas retenções na fonte para posteriormente se criar um documento que sirva de comprovativo ao formador, para a submissão do seu IRS. Para uma fácil leitura a tabela continha colunas denominadas Mês, Diário, Número de Lançamento na Contabilidade Geral, Nome do Formador, Número de Identificação Fiscal, Número do Recibo (Verde), Honorários, IVA, Retenção na Fonte, Valor Líquido, Observações: Isento ou IVA não dedutível e, por fim, o Projeto a que pertence.

Realizei também diversos trabalhos Administrativos sempre que tinha algum tempo e me era solicitado como por exemplo arquivação e organização de dossiers e também serviço externo.

Assisti ainda à receção ao embaixador dos Estados Unidos da América, numa conferencia com o objetivo de divulgar os benefícios do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, a uma sessão de sensibilização - Apps e Web móvel – Benefícios para as PME, e ao Seminário de Encerramento do projeto Rede Mentor, projeto que apoiou iniciativas de empreendedorismo inovadoras, através de Redes de – Mentoring.

3. Análise crítica sobre o estágio e entidade de acolhimento

Elaborando uma análise crítica relativamente à realização do estágio no CEC – Câmara de Comércio e Indústria do Centro, considero que foi uma excelente oportunidade onde tive a possibilidade de conhecer excelentes pessoas e ótimos profissionais que me acolheram desde o primeiro dia. A organização integra os estagiários e todos os colaboradores de forma muito atenciosa e prestável. Apesar de ser uma pequena organização, é muito dinâmica pois engloba um diverso conjunto de áreas e atividades, o que permite adquirir conhecimentos e competências em diferentes temas e em diversos projetos distintos.

Perante uma Entidade Sem Fins Lucrativos, o desafio e a ambição de entender como se “move”, controla e avalia uma organização deste tipo foi crescendo. Ao longo do tempo percebi que, apesar de não ser uma atividade industrial ou diretamente ligada à produção, a forma de gerir este tipo de organizações não diverge, em grande escala, das organizações com fins lucrativos. Há inclusive autores que defendem a existência de um “Lucro” também para as OSFL. Por exemplo McLeish considera que o lucro numa OSFL pode ser medido pelo crescimento, pelo bem-estar dos empregados, pela estabilidade financeira, pela qualidade do produto/serviço, pelo desenvolvimento da gestão ou pelo desenvolvimento de um novo programa. (Carvalho, 2008)

No caso do CEC/CCIC é através deste Sistema de Gestão da Qualidade que é possível medir o Lucro anteriormente referido e, acima de tudo, é através deste sistema que realmente se desenvolve a avaliação do desempenho desta entidade. Todos os colaboradores estão sensibilizados para o facto de poderem e deverem contribuir para a melhoria continua.

Durante os meses de duração do referido estágio, tive oportunidade não só de realizar as atividades previstas no plano de estágio, como outras que me foram

solicitando e me permitiram alargar conhecimentos e ter contacto com outros assuntos e realidades distintas.

O meu principal envolvimento foi na área dos recursos humanos que constituem cada vez mais uma fonte de vantagem competitiva para as organizações. A adoção de políticas de GRH que permitam obter e utilizar essa vantagem competitiva é, hoje em dia, um aspeto essencial para a sua sobrevivência. Tendo em conta esse aspeto, as atividades desenvolvidas no estágio consistiram na elaboração de um mapa de controlo de pessoal que permitisse agrupar e sintetizar as informações referentes à assiduidade, pontualidade, faltas e a prestação de serviço externo por cada colaborador e, ainda, produzir a informação necessária para Mapa de Férias e Ausências. Com esse objetivo, procedeu-se à construção do modelo “Staff Control – Controlo de Assiduidade /Pontualidade” que permitiria obter a informação pretendida. Este modelo produz informação por trabalhador e por departamento, com agregação diária, mensal e anual.

Aqui revelou-se a necessidade de adquirir um maior conhecimento sobre os procedimentos adotados pela organização no que se refere às políticas de recursos humanos adotadas e questões legais que se colocam. Por outro lado, tornou fundamental o aprofundamento dos conhecimentos teóricos, designadamente no que diz respeito aos aspetos estratégicos que esta área envolve.

Uma das principais dificuldades na aferição da assiduidade foi a contabilização do serviço externo. Isto verifica-se dado que, na maioria das vezes, os colaboradores não se registam no software da organização quando se ausentam das instalações, sendo essa contabilização feita unicamente através da agenda do Outlook. No entanto, nem sempre o serviço externo é agendado no Outlook e, quando isso ocorre, as horas de início e de fim correspondem ao horário das reuniões o que, na maioria das vezes, não é coincidente com o período de ausência efetivamente verificado das instalações. Por outro lado, é de salientar que a maioria das correções a fazer aos dados produzidos pelo software correspondem aos

esquecimentos de registo dos colaboradores da sua entrada e/ou saída, ou a falhas deste sistema que por vezes não reconhecia o colaborador ou reconhecia outro que não o que estava a dar efetivamente entrada ou saída.

Concluindo a minha análise, posso salientar os seguintes pontos fortes do CEC/CCIC como local de trabalho com boas instalações físicas, com escritórios espaçosos, cozinha, sala de reuniões, auditório, etc, com boa integração de novos colaboradores, com bom ambiente e cultura empresariais, e com projetos interessantes, importantes para a Região e desafiantes a nível diário para os colaboradores. Destaco assim a importante missão que o CEC/CCIC tem na área da promoção do investimento e desenvolvimento da região centro. Como pode constatar-se, estamos perante uma organização que procura contribuir para o cumprimento das prioridades estratégicas do QREN, através da execução de diversos projetos de diferentes áreas, implementados com a ajuda dos fundos do QREN, que têm como finalidade a promoção das empresas e dos interesses socioeconómicos da região Centro.

Contudo, a meu ver, os fatores que posso identificar como “a melhorar” pelo CEC/CCIC são essencialmente o sistema de Controlo de Assiduidade e Pontualidade, pois este frequentemente apresenta falhas nomeadamente no reconhecimento de impressões digitais, dificultando a interpretação dos dados e o facto do website da organização ser um pouco confuso e necessitar de atualização de algum conteúdo.

Conclusão

Esta primeira experiência profissional foi bastante enriquecedora, a todos os níveis. Desenvolvi as minhas aptidões e competências pessoais, no que diz respeito ao sentido de responsabilidade e de compromisso, perante as pessoas que acreditaram em mim e nas minhas capacidades. A colaboração no CEC/CCIC deu-me o privilégio de conhecer outras pessoas, entidades, empresas e ideias, que de outra forma não teria oportunidade de conhecer. Depois de terminado o meu estágio curricular, e depois do estudo mais teórico que fiz sobre o tema, sinto que esta foi uma experiência grandemente enriquecedora para mim, quer a nível profissional, quer a nível pessoal.

Realço o facto de existir, nas Organizações Sem Fins Lucrativos, uma relação diferente entre a Qualidade e a Avaliação de Desempenho, pois nestas entidades a Qualidade foca-se essencialmente em processos e serviços, portanto ativos intangíveis, que coincidem precisamente com os objetivos da avaliação de desempenho. É de facto analisando os indicadores utilizados na Qualidade que se consegue medir resultados, ao analisá-los com a devida frequência e adaptá-los tentando melhorar objetivos, é que estamos efetivamente a geri-los, ou seja estamos a gerir aquilo que conseguimos medir.

Saliento também, o projeto QIPME, com o qual tive maior contato pois era o que estava mais ligado com o meu departamento, e que se revela como mais uma prova da valorização dada ao ativo intangível, nomeadamente aos Recursos Humanos das Organizações, pois proporciona formação, fomentando práticas de gestão, inovação, conhecimento e cultura organizacional.

Foi através do CEC/CCIC que pude contactar com a realidade dos Programas Operacionais e por conseguinte com os SI do QREN. Nesta organização sem fins lucrativos, claro está que não contactei com os SI às Empresas, mas sim com os SI a Ações Coletivas (SIAC), na medida em que o CEC/CCIC presta um apoio indireto às

empresas. No entanto foi este estágio curricular que me captou a atenção para estes instrumentos de política pública de promoção da inovação e do investimento empresarial e me levou a pesquisar mais sobre os mesmos e sobre o impacto que estes poderiam ter na criação de riqueza para o país e conseqüentemente para a geração de emprego.

Para concluir posso afirmar que da minha parte procurei sempre dar o meu melhor, apliquei-me a fundo nas tarefas que me foram incumbidas e tentei sempre ir mais além, por um lado, procurando estar um passo à frente e, por outro, adquirindo conhecimentos para desempenhar melhor as tarefas. Considero que a entidade ganhou com a minha dedicação, a minha capacidade de analisar as coisas de uma perspectiva nova e independente e procurar melhorá-las através dos meus conhecimentos académicos adquiridos tão recentemente, por isso não posso deixar de estar satisfeito com a minha prestação.

Esta etapa foi assim enriquecedora a nível pessoal já que me permitiu trabalhar com inúmeras pessoas, interagindo com elas, aprendendo e vivenciando o quotidiano empresarial. Assim devo agradecer por todo o apoio, todas as explicações e convívio proporcionado por todos os colaboradores do CEC/CCIC.

Bibliografia

BARROS, Carlos Pestana (1999); “Avaliação financeira de Projetos de Investimento”; Vulgata; Lisboa; 1ª Ed.

Carvalho, João. M. S. (2008), O Desempenho nas Organizações Sem Fins Lucrativos, site <http://www.ismai.pt/NR/exeres/40FF0E18-29D6-4E10-B7B2-5C620355AB16.frameless.htm> [7 de dezembro 2014].

CCDR: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (2011, 07 de setembro) “Sistemas de Incentivos do QREN” https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=333%3Asistemas-de-incentivos&catid=627%3Asistemas-de-incentivos-do-qren&Itemid=223&lang=pt [24 de outubro de 2014].

CEC/CCIC “Manual da Qualidade CEC/CCIC” <http://gestao.netcentro.pt/upl/%7B9bce3741-7071-419f-ab31-1cdf65ed6e6d%7D.pdf> [29 de novembro 2014].

CEC/CCIC: Conselho Empresarial do Centro/ Câmara de Comércio e Indústria do Centro “O que é o CEC/CCIC” <http://www.netcentro.pt/Conteudos/Artigos/detalhe.aspx?idc=11485&idl=1> [29 de novembro 2014].

CEC/CCIC Relatório & Contas 2013.

Comissão Europeia (2010) “Representação em Portugal” http://ec.europa.eu/europe2020/europe-2020-in-a-nutshell/index_pt.htm [13 de outubro 2014].

European Commission (2010) Investing in Europe’s future – Fifth report on economic, social and territorial cohesion. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

IGFSE: Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu “Glossário”.
http://www.igfse.pt/st_glossario.asp?startAt=2&categoryID=273 [24 de outubro de 2014].

IGFSE: Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu “Perguntas Frequentes”.
<http://www.igfse.pt/content.asp?startAt=2&categoryID=410&newsID=2930&offset=0>
[24 de outubro de 2014].

Marques, Albertino (2000) Conceção e Análise de Projetos de Investimento. Edições Sílabo, Lisboa.

Martins, António; Cruz, Isabel; Augusto, Mário; Silva, Patrícia P. e Gonçalves, Paulo G. (2009) Manual de Gestão Financeira Empresarial. Coimbra Editora.

MENEZES, Caldeira (2001); “Princípios da Gestão Financeira”; 10ª Edição; Editorial Presença ano 2001;

Observatório do QREN:
http://www.observatorio.pt/destaque.php?lang=0&id_channel=19&id_page=813 [15 de novembro 2014].

Orientação de Gestão relativa aos sistemas de incentivo à inovação
http://www.pofc.qren.pt/ResourcesUser/2014/20141104_OG_17_2014_SI_Inovacao_Financ_capitais_prop.pdf [1 de novembro 2014].

POFC/QREN: Programa Operacional de Fatores de Competitividade
<http://www.pofc.qren.pt/areas-do-competite/incentivos-as-empresas> [26 de outubro de 2014].

QREN: Portugal 2020 “Acordo de Parceria 2014-2020”
http://www.qren.pt/np4/np4/?newsId=4209&fileName=ACORDO_DE_PARCERIA.pdf
[13 de outubro 2014].

QREN: Quadro de referência estratégico Nacional 2007-2013
http://www.qren.pt/np4/file/663/1_QREN_Quadro_de_Refer_ncia_Estrat_gico_.pdf
[13 de outubro de 2014].

QREN: Quadro de referência estratégico Nacional Boletim Informativo Nº 25 - 30 setembro 2014 http://www.qren.pt/np4/file/4737/boletim_informativo_n25_v02.pdf [18 de outubro de 2014].

Ricciulli, A. & Martins, A., (2010). Um Caso de Avaliação de Projetos de Investimento: A Propósito da Racionalidade e das Emoções na Atividade Económica.

Ross, S; Westerfield, R; Jaffe, J. (2008) Corporate Finance. Nova Iorque: McGraw Hill.

Samuelson, N. (2005), Economia, Lisboa, McGraw-Hill.

Wikipédia: “investimento” <http://pt.wikipedia.org/wiki/Investimento> [11 de outubro de 2014].